O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Como eu estava dizendo, só mesmo o compromisso com as empreiteiras, só mesmo a exigência do grande cartel das empreiteiras é que obriga o Governo do Estado a seguir em frente com o trecho norte do Rodoanel. O trecho norte do Rodoanel, senhores e senhoras, vai custar dez bilhões de reais. Já custou de sete a oito e vai custar mais três ou quatro bilhões.

Vão circular pelo trecho norte apenas 20 mil carros, segundo fonte do próprio governo. Vinte mil carros. Na Marginal Tietê, transitam 500 mil. Vinte mil não é nada, absolutamente nada. Não vai desafogar a Marginal, coisíssima nenhuma. E nós estamos jogando dinheiro no Rodoanel. Provavelmente é exigência do cartel. Esse cartel não foi montado por qualquer um, não. Foi montado por Paulo Vieira de Souza. Paulo Vieira de Souza exige que seja cumprido. Ele tem palavra. Ele deu a palavra para a Odebrecht, para as grandes construtoras, e exige que o dinheiro saia para financiar a campanha eleitoral do Alckmin, para que o Adhemarzinho, cunhado de Geraldo Alckmin, tenha serviço para ir lá buscar a mala de dinheiro, como ele foi em 2010, em 2014, segundo o delator da Odebrecht. Realmente, o Alckmin não vai lá pegar dinheiro, mas manda o Adhemarzinho, que também tem alcunha de Belém. Parece que em algumas regiões aqui de São Paulo e da Baixada Santista ele é conhecido como Belém. E aqui, mais na elite e tal, é Adhemarzinho.

Então, quem montou esse cartel foi o Paulo Vieira de Souza, Sr. Paulo Preto. Ele não vai deixar que seja desmontado. Por isso, vão até o fim com uma obra que não tem mais utilidade, que vai ser subutilizada, cujo dinheiro poderia ser utilizado de maneira mais eficaz: reconstruindo as escolas estaduais, construindo creches. Poderia até pegar um pouco para fazer consultoria. Realmente, o aumento da consultoria chega a ser suspeito. Eu faria um acordo aqui: deixar um pouco para a consultoria, mas tirar grande parte para as escolas, para as creches, etc. Acho, inclusive, que seria importante que deputados que ainda não falaram, se inscrevessem. Temos seis horas de discussão. Pediria, inclusive, que o líder do Governo, deputado Barros, se inscrevesse e pudesse explicar essas coisas: explicar a consultoria, explicar por que insistem no Rodoanel, por que tiram o dinheiro da Educação, quase oito bilhões. Deveria explicar. E também o deputado Barros deveria explicar o motivo levantado aqui pelos deputados Alencar e Enio, que é, na verdade, aquilo que compromete, que vicia o processo legislativo em relação ao Orçamento, que é essa manipulação que houve entre a Comissão de Finanças e o plenário. Quero crer que o nosso presidente e a Procuradoria estejam debruçados sobre isso, que é um assunto de extrema gravidade.

Espero que nós, os Srs. Deputados, as Sras. Deputadas, inclusive o próprio relator Vinholi, façamos as mudanças no Orçamento, para que ele retome o curso original, para que os acordos sejam mantidos, para o que foi discutido na Comissão de Finanças seja mantido. E aí poderemos publicar uma emenda aglutinativa amanhã. Aí prosseguimos os debates, para que possamos votar um relatório correto, coerente, fiel àquilo que passou na Comissão de Finanças. Sem isso, vamos terminar o ano judicializando as contas - estamos tomando essa providência -, e judicializando também o Orçamento.

Com relação às contas, o deputado Cauê Macris jamais poderia ter indicado um relator especial antes que completassem 48 horas. Nós consideramos - a assessoria do PT e os deputados - que, no caso de contas, não se pode votar urgência, porque vai mudar o regime pré-estabelecido para as contas, que está no Regimento da Casa, que é o regime de prioridade. Porém, conseguiram ser incoerentes com a própria corruptela que fizeram do Regimento, porque, se se aprova o Regime de Urgência, tem-se 48 horas de debate, até que se possa, eventualmente, indicar um relator especial. O relator especial foi indicado depois de 36 ou 37 horas. Não se esperou. A ansiedade, provavelmente motivada pela pressão do Palácio dos Bandeirantes, levou nosso presidente a tropeçar. Tropeçou. Errou. Não cumpriu o prazo. Indicou o relator especial - coisa que tinha dito que não ia fazer.

Está tudo bem. Isso acontece. As pessoas que, às vezes, não têm firmeza para se eleger para alguma coisa, eventualmente prometem uma série de coisas e depois voltam atrás e dizem que não prometeram - o que é pior.

Enfim, de qualquer forma, no mínimo, tinha que ter sido coerente. Não foi. Passaram por cima do Regimento. Há várias outras questões que estamos apontando na nossa peça jurídica e tenho certeza, acredito, tenho confiança de que vamos conseguir restabelecer, também, o sistema e a votação das contas, para que isso ocorra de maneira correta, de maneira legal.

É muito ruim que tenhamos que fazer a mesma coisa com o Orçamento. Acho que seria preciso um gesto do líder do Governo, que podia começar falando sobre o assunto. Deveria haver um gesto do líder do Governo, do presidente, do relator - que, neste momento, deve estar com os bigodes de molho. Deveria tomar a iniciativa, se antecipar e resolver os problemas.

Aí, o Orçamento pode ser votado. Não há nenhum problema. Quem tem maioria vota, e acabou. Aprovamos o Orçamento e, depois, nós vamos voltar aqui para brigar pelas contas. O Orçamento, pelo menos, ficaria redondo.

Agora, o que aconteceu é muito ruim. Eu fico constrangido, como deputado desta Casa, com o que aconteceu com o Hospital Universitário. É impressionante que isso possa ter acontecido. É surpreendente que tenhamos chegado a esse ponto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sra. Presidente, estamos votando o Orçamento, o projeto que está em discussão, em pauta, sobre a mesa. Mais uma vez, não podemos ter qualquer tipo de alteração durante o seu trâmite, até o final da votação. Digo isso porque conversamos com alguns servidores da Casa, do Departamento de Comissões. Eles afirmam que havia um parecer anterior, do relator, entregue à comissão.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Vossa Excelência já fez esse questionamento e o presidente vai lhe trazer as informações. Vossa Excelência está obstruindo.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Há uma nova informação. Eu tenho esse direito. Aliás, obstruir também é um direito.

A SRA. PRESIDENTE - ANALICE FERNANDES - PSDB - Então, conclua, por gentileza.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT- Sra. Presidente, nós queremos dizer, aqui, que foi entregue esse relatório à comissão. Foi entregue esse relatório à bancada do PT. Não sei se o foi às demais bancadas que têm representação na Comissão de Finanças. O relatório que foi votado é divergente do relatório que foi entregue. Ou seja, nós apresentamos um relatório divergente sobre um relatório anterior. Discutimos, lemos um relatório que, no final, não existia. Era outro.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Cauê Macris.

* * *

É como se, ali, agora, fôssemos votar e aparecesse algo novo, algo diferente, algo não discutido, algo não debatido, ou seja, algo inusitado - o que faz com que seja anulado todo o procedimento. Então, o nosso pedido continua registrado. Fica o nosso protesto e o nosso pedido de cancelamento da reunião que aprovou o relatório da Comissão de Finanças. Que esta sessão de hoje também seja cancelada, anulada.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Vamos responder no momento oportuno o questionamento de Vossa Excelência.

Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins, pelo tempo regimental.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público, telespectadores da TV Assembleia, boa noite. Não sei se passa durante o dia, porque daqui a pouco vai virar noite.

É muito importante, sei que temos deputados, alguns estão na lanchonete, porque é vergonhoso o que estamos vivendo aqui, e é de ficar com vergonha mesmo. Vejo deputado chateado, não aguenta mais ver uma coisa dessas: votar um projeto, e o projeto é outro. Comeu gato por lebre. É isso que está acontecendo.

O Governo do Estado está envolvido. Não espero que arrumem um bode expiatório, um servidor, para jogar toda a culpa para cima e dizer o seguinte: "O relator não tem culpa, o presidente da Casa não tem culpa, o líder do Governo não tem culpa". E pega aí um bode expiatório para desviar a atenção...

Sabemos que isso é angustiante, e se perde a paciência, porque não se aguenta, porque todos os deputados que estiveram aqui tiveram o mesmo tempo que tivemos para se inscrever e defender o governo, o que seria natural.

O Regimento Interno daqui da Assembleia diz isso. Todos os deputados podem se inscrever e falar. Mas a angústia leva ao desespero de pegar o microfone repentinamente e falar no local e no momento inadequado.

É isso que está acontecendo aqui. Os deputados vão observando, é um conflito muito grande, as palavras que foram ditas não são essas. Observamos o que aconteceu com a CDHU.

Eles estavam até agora há pouco, retirando dinheiro dos servidores, da Educação, e transferindo para o custeio, tirando dinheiro dos servidores e deixando em uma situação mais crítica.

Assim com observamos o Iamspe, em que o Governo do Estado não contribui com a sua parte, não contribui com os 2%, há tanto tempo pedalando, pedalando, e não contribui com a parte dele. O que vai acontecendo?

Retira o direito dos servidores na Saúde. Tivemos um projeto aprovado por esta Casa, para preservar e prevenir a Saúde. Sabemos que o Hospital das Clínicas recebe muita gente com problemas da saúde. E a CDHU, nem se diz.

É um projeto que proíbe o uso do benzeno depois da batida (quando bate a bomba de combustível), para não poder utilizar mais combustível depois que dá o sinal do gatilho.

Esse produto é cancerígeno, um produto que traz um monte de doenças para os trabalhadores, para a população. E o que acontece? Isso vai parar no HU, que atende tantas pessoas. A Pediatria está fechada, o ambulatório adulto também, e a situação vai complicando cada vez mais, vai faltando recurso.

E o governador, em um projeto como este, que não tem custo nenhum para o Estado e é para preservar a saúde, vetou o projeto. Não basta ser médico. Ele vetou um projeto que não tem custo nenhum para o Estado e que busca a prevenção para a saúde de toda a população. Não apenas os expostos diretamente ao produto, mas o meio ambiente e todos que inspiram o cheiro da gasolina irão se beneficiar. O benzeno vai contaminando as pessoas.

Depois de muito sacrifício, nós recebemos uma técnica da Secretaria da Saúde na Comissão de Saúde. Conseguimos fazer o convite com muita dificuldade, depois de muitos pedidos de vista. Depois tivemos que aprovar uma convocação, e a técnica veio falar da quantidade de cidades contaminadas pelo benzeno. São dezenas, centenas de cidades contaminadas por esse produto, mas o projeto foi vetado pelo governador e esse veto não foi derrubado até agora.

O presidente desta Casa se comprometeu a discutir isso no primeiro semestre, mas jogaram para frente. Falei com o líder do Governo, pois é uma coisa tão simples, não tem custo. Por que não derrubaram o veto desse projeto, se é uma coisa para preservar o meio ambiente, preservar a saúde, preservar a vida? Esse projeto, que não tem custo, está vetado até agora.

Há quatro estados que já têm essa lei funcionando, e outros estados têm várias cidades com leis funcionando. Este é o estado mais rico da Federação, o mais rico e o que tem a maior desigualdade, uma miséria enorme. Basta olhar pelas ruas, no centro da cidade, tantas pessoas carentes. Basta olhar para os trabalhadores por este estado afora.

Eu gostaria de ceder o restante do meu tempo ao deputado Enio Tatto, pois ele tem algumas coisas a complementar sobre o que disse. O veto ao nosso projeto é uma coisa vergonhosa, e espero que V. Exa. fale um pouco sobre isso, além de todo esse problema de termos discutido um projeto na comissão, e o projeto é outro.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É regimental. Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, deputado Marcos Martins. Eu quero continuar a fala do deputado Marcos Martins e falar com os deputados desta Casa, que sei que, na sua maioria, são deputados sérios, como também falar com o presidente e o líder do Governo, se eles puderem me ouvir. Não vale a pena hoje, no dia 26 - já estamos chegando à meia-noite - você aprovar um Orçamento nessas condições. Não custa ganhar mais um dia e fazer a coisa direito e votar amanhã. Não tem como não votar amanhã. Agora, para tentar ganhar um dia, no afogadilho, no atropelo aprovarmos um Orçamento dessa forma? Vai perder na Justiça.

Isso aqui é um absurdo, está provado. O presidente da Casa, juntamente com o secretário-geral, conversou com todos os funcionários da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, e com os funcionários da Casa. E olha, não dá para colocarmos a culpa nos funcionários valorosos desta Casa, dos competentes funcionários desta Casa. Eu chego à conclusão de que eles estão até constrangidos, não sabem o que falar. Está claro que foi modificado e vai cair sobre os funcionários da Casa, os funcionários da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Eles não sabem o que fazer.

Deputado Marco Vinholi, V. Exa. que é o relator não vê que está sobrando para os funcionários? Como é que V. Exa. aprova um relatório lá na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, e na hora em que chega o relatório no plenário, vem outro? Como é que V. Exa. faz um acordo com os nossos amigos do Hospital Universitário e, quando chega aqui, está diferente? Eles perceberam! O pessoal da Cultura estava contemplado em partes; mas agora mudou.

Então, não tem outra saída aqui nessa noite Sr. Presidente, é de não querer aprovar o relatório no dia de hoje. Isso aqui cabe através de uma emenda aglutinativa. Daí você pode acrescentar isso. Mas que discutamos, que todo mundo fique sabendo, fique ciente, vai ser publicado obviamente, nós vamos pedir a publicação, e amanhã a gente vem aqui e termina os trabalhos. Agora, não dá para querer votar desta forma no dia de hoje. E aí nós fazemos algumas modificações interessantes. Que tal você pegar do serviço de consultoria aqui, que tem 55,97% de aumento, 146 milhões, e baixar isso aqui para 50 milhões? E vamos contemplar algumas áreas essenciais, como, por exemplo: vamos repor o dinheiro do Hospital Universitário, vamos colocar dinheiro para o Iamspe, que não está sendo contemplado, vamos melhorar com cinco ou dez milhões a área da Cultura, a área da Assistência Social, vamos contemplar com dez ou 15 milhões as Apaes, as Santas Casas do estado de São Paulo. Você está tirando de gasto com consultoria. Isso é possível. É só fazer uma emenda aglutinativa que você corrige essas distorções. Você repõe aquilo que foi combinado, aquilo que o relator conversou com as entidades, que se comprometeu, que nós ficamos a semana toda e todos os deputados de todos os partidos garantindo para eles que estava contemplado no Orçamento. Qual a necessidade de se votar o relatório hoje dessa forma, com essas falcatruas, com esses desvios, com essas falsidades?

O deputado Marco Vinholi fez um belo de um trabalho. Só que caiu tudo por terra na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, às 14 horas até esse momento. Vai passar como o relator que alterou na surdina o relatório, que enxertou dados que não estavam no relatório! Isso é vergonhoso para o estado de São Paulo, isso é vergonhoso para todos nós parlamentares! Como é que vocês vão votar um relatório dessa envergadura, deputado Roque Barbiere, que é um dos mais experientes desta Casa? Eu tenho certeza que em toda a sua vida parlamentar aqui V. Exa. nunca viu um absurdo desse! Mudar-se um relatório, falsificar e enxertar outras coisas que não estavam no relatório. Isso é possível numa emenda aglutinativa, em que se discute, aqui, e se corrige; se aperfeiçoa o relatório, o Orçamento. Mas fazer dessa forma é trapaça, é molecagem. Ninguém aqui aceita molecagem. Nós somos eleitos pela população para vir aqui legislar e fiscalizar. É um absurdo o presidente desta Casa aceitar isso.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para discutir contra, tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão pelo tempo regimental.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente. quero fazer coro às palavras do deputado Enio Tatto. Essa questão está tomando de indignação toda bancada do PT nesta Casa. Essa mesma indignação, que estamos apresentando e manifestando nesta tribuna ou no microfone de aparte, deveria tomar também outros deputados e deputadas desta Casa. Trata-se da maneira desleal como foi mexido esse relatório. Isso é nos chamar de crianças, de palhaços.

É como se nossa bancada de oposição não existisse. Como se não fosse levado em conta qualquer nível mínimo de civilidade e de respeito em um Parlamento que, no dia 26 de dezembro, ainda está executando seu trabalho, mas quer fazer isso o mais rapidamente possível, para encerrar os trabalhos sem qualquer consideração com as observações e com tudo aquilo que a bancada de oposição está colocando. E a oposição está mostrando, está apresentando onde foram feitas, sem votação, as modificações. Não é possível isso!

Se não vamos resolver aqui, temos de encontrar outras instâncias nas quais possamos ser compreendidos minimamente e com as quais possamos dialogar. Além de denunciar isso na imprensa - quem sabe, a imprensa entende que esta Assembleia Legislativa existe -, temos de levar isso às instâncias jurídicas, porque o que aconteceu aqui não é pouca coisa. É um flagrante desrespeito ao Regimento, às regras, às normas, àquilo que foi acordado.

Não há problema nenhum em nós perdermos. Já perdemos, aqui, centenas de vezes. Claro que perdemos em matérias em que o maior prejudicado é o conjunto da população. Mas não há problema, desde que as regras sejam seguidas, que a democracia seja respeitada, que o Regimento Interno desta Casa seja seguido, o que não está acontecendo.

O deputado Enio Tatto tem razão quando coloca que esse Orçamento é uma peça de ficção. Por exemplo, na questão dos vencimentos e vantagens fixas do pessoal civil, houve, de 2017 para 2018, uma queda de 0,12 por cento. Isso, em números absolutos, representa 50 milhões de reais. O reajuste dos servidores civis vai perder, do ponto de vista real, algo em torno de 4%. E, para os militares - inclusive, há deputados que representam os militares nesta Casa -, a perda é ainda maior: 0,24 por cento. Isso representa, em termos de reajuste real, a perda de aproximadamente 5 por cento.

São números; e os números não mentem. Quando fazemos nossas considerações nesta tribuna, muitos deputados acreditam que nós exageramos. Mas aqui estão os números. É o relatório daquilo que está no Orçamento.

A Secretaria de Educação, que é uma das principais áreas do governo, em 2017, teve uma participação em relação ao Orçamento de 14,76%, em 2018 essa participação vai cair para 14,22%, isso, em números absolutos, significa 1 bilhão e 171 milhões de reais. Isso faz uma falta enorme à Educação.

Professor Auriel, V. Exa. é professor e sabe o que significa isso. Qualquer recurso adicional à Educação pode melhorar de forma substancial determinadas áreas que tanto precisam desses recursos.

A Secretaria da Saúde, em 2017, teve 10,75%, em 2018, ela vai cair para 10,29. Está aí o pessoal do Hospital Universitário, até agora, quase meia-noite, acompanhando esta sessão, porque estão extremamente preocupados com o futuro do Hospital Universitário. Se não for imediatamente colocado um recurso adicional para eles, esse hospital vai fechar e nós vamos responsabilizar o governo Alckmin pelo fechamento de um hospital que, além de ser um hospital escola, importantíssimo na formação desses profissionais da Saúde, também atende 500 mil pessoas, dentre as quais, repito, 60 mil crianças.

A Secretaria de Segurança Pública, que neste ano teve 10,43% de participação no Orçamento, vai cair para 9,95. Uma perda no valor de um bilhão e 32 milhões de reais.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia também perde, vai de 7,04% para 6,95. A Secretaria de Transportes Metropolitanos vai de 4,52% para 4,45. A Secretaria de Cultura, que já recebe tão pouco, também perdeu no Orçamento, porque o relator tirou dela.

O SR. PROFESSOR AURIEL - PT - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - É um absurdo o funcionário do Estado receber oito reais de vale-refeição. Não dá para se fazer consultorias milionárias para se fazer campanha do PSDB e deixar o funcionário sem, ao menos, uns 20 reais de auxílio-refeição.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Voltando à questão da Cultura, o relator retirou cinco milhões de reais em projetos que são importantes, como o "Projeto Guri", que já ficou congelado. Quem tem, tem, quem não tem, fica sem. Não pode entrar mais ninguém. Se a pessoa quiser aumentar o número de vagas, se a prefeitura quiser solicitar mais vagas, não tem. As organizações sociais que quiserem aumentar suas vagas também não podem.

E agora ainda foram retirados cinco milhões entre o "Projeto Guri", o Conservatório de Tatuí e a Escola de Música. Isso é um absurdo, são mais recursos retirados da Cultura.

O governo aumentou um miserê na Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, que foi de 0,84% para 0,86, o que significa 38 milhões e 398 mil adicionais. Só. E na Secretaria de Logística e Transporte o aumento foi de 3,20% para 3,37, todas as demais secretarias vão perder recursos de 2017 para 2018.

O SR. ENIO TATTO - PT - Gostaria de perguntar ao presidente que horas esta sessão termina, porque eu acho que já terminou.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Falta um minuto.

Continua com a palavra a deputada Beth Sahão.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Voltando à questão, isso significa que Cultura, para esse governo, é nada, é igual a nada. Até porque é tão pequeno, tão ínfimo, o orçamento da Secretaria de Cultura, o orçamento da Secretaria de Agricultura, o orçamento da Secretaria de Esportes e Lazer.

São orçamentos que, praticamente, não dão nem para a manutenção.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão, esta Presidência, antes de encerrá-la, lembra V. Exas. da segunda sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão, com a mesma Ordem do Dia desta sessão.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 23 horas e 49 minutos.

* * *

27 DE DEZEMBRO DE 2017
75ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidentes: CAUÊ MACRIS e ANALICE FERNANDES
Secretários: ANALICE FERNANDES e CLÉLIA GOMES

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 902/17.
2 - BETH SAHÃO
Requer verificação de presença.
3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.
4 - BETH SAHÃO
Discute o PL 902/17.
5 - ENIO TATTO
Para reclamação, destaca a importância da destinação de verbas para a Linha 9 - Esmeralda, da CPTM. Relata problemas de manutenção dos trens. Informa que a emenda 'g' ao PL 902/17, propõe a retirada de verbas destinadas à CPTM. Discorda e pede correção desta emenda.
6 - LUIZ CARLOS GONDIM
Discute o PL 902/17.
7 - ANALICE FERNANDES
Assume a Presidência.
8 - TEONILIO BARBA
Para comunicação, destaca a importância de investimentos nas obras da Linha 18 - Bronze, do Metrô.
9 - CARLOS NEDER
Discute o PL 902/17.
10 - CARLOS GIANNAZI
Discute o PL 902/17 (aparteado pelo deputado Carlão Pignatari).
11 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Assume a Presidência.
12 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Discute o PL 902/17.
13 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Encerra a discussão e coloca em votação o PL 902/17, salvo emendas e subemendas.
14 - TEONILIO BARBA
Encaminha a votação do PL 902/17, em nome do PT.
15 - JOÃO PAULO RILLO
Encaminha a votação do PL 902/17, em nome da Minoria.
16 - CARLOS GIANNAZI
Encaminha a votação do PL 902/17, pela liderança do PSOL.
17 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Para comunicação, solicita esclarecimentos sobre a matéria a ser votada.
18 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Esclarece os itens da matéria em pauta: item 1 - PL 902/17; item 2 - subemendas de 1 a 19; item 3 - emendas A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N e O, apresentadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento; item 4- Emendas 4990, 4994, 5678, 5679 e 7533, com parecer favorável da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento; item 5 - demais emendas, englobadamente. Coloca em votação e declara aprovado o PL 902/17, salvo emendas e subemendas.
19 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Requer verificação de votação.
20 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.
21 - CARLOS GIANNAZI
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSOL.
22 - CÁSSIO NAVARRO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PMDB.
23 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PT.
24 - CEZINHA DE MADUREIRA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do DEM.
25 - ROBERTO MORAIS
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PPS.
26 - CAIO FRANÇA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.
27 - EDSON GIRIBONI
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PV.
28 - CELSO NASCIMENTO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSC.
29 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Registra as manifestações. Anuncia o resultado da verificação de votação, que confirma o resultado anterior. Coloca em votação conjunta as subemendas de nºs 01 a 19.
30 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Encaminha a votação das subemendas de nºs 01 a 19, pela liderança do PT.
31 - BETH SAHÃO
Encaminha a votação das subemendas de nºs 01 a 19, pela liderança da Minoria.
32 - CARLOS GIANNAZI
Encaminha a votação das subemendas de nºs 01 a 19, em nome do PSOL.
33 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Coloca em votação conjunta e declara aprovadas as subemendas de nºs 01 a 19.
34 - ALENCAR SANTANA BRAGA
Requer verificação de votação.
35 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Anota o pedido.
36 - BARROS MUNHOZ
Para comunicação, faz comentários sobre a ordem do dia a ser apreciada nesta Casa na próxima sessão ordinária.
37 - ROBERTO MORAIS
Para comunicação, faz apelo para que projetos de autoria parlamentar sejam deliberados ainda neste ano.
38 - ENIO TATTO
Para comunicação, tece comentários sobre a ordem do dia a ser apreciada nesta Casa na próxima sessão ordinária.
39 - DAVI ZAIA
Para comunicação, reflete sobre a importância de deliberar projetos de autoria parlamentar.
40 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS
Defere o pedido do deputado Alencar Santana Braga. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.